

Por uma Santa Maria sem catracas

Programa do Partido Socialismo e Liberdade para as eleições municipais de 2012 – Santa Maria/RS

Santa Maria é a cidade das catracas. Aliás, Santa Maria é tão repleta de catracas que o correto seria falar em duas “Santas Marias”: a Santa Maria dos ricos e a Santa Maria dos pobres. Em Santa Maria, assim como em todas as cidades brasileiras, ironicamente os pobres são maioria numérica, mas vivem conforme a vontade dos ricos. São jogados à periferia, conforme os ricos os querem escondidos, não possuem acesso à educação e à informação, conforme os ricos os querem ignorantes, trabalham exaustivamente, conforme os ricos os querem mão de obra barata, e, depois, sem hospitais, medicamentos e assistência médica, sem acesso à vida, conforme os ricos não mais os querem. A Santa Maria das catracas, à qual nos referimos, é essa, onde a cada passo o povo é impedido de viver plenamente caso não tenha dinheiro para pagar ou algum outro poder de barganha. Para nós, é inaceitável esse modelo, onde a cidade é negada aos que verdadeiramente a constroem.

Nesse ano de 2012 Santa Maria passará por mais uma eleição municipal. Para os partidos tradicionais, aqueles que se revezam no governo sem alterar o funcionamento injusto da cidade, é o momento do tudo ou nada, ou melhor, é o momento do vale tudo. Durante a campanha, como já é de costume, a população acompanhará o processo de multiplicação das promessas, que, nesse momento, serão chamadas de compromissos e propostas. Logo após o término do processo, a população verá a segunda parte do ciclo, quando todas essas propostas desaparecem juntamente com seus propositores.

Para nós do Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL, as eleições são o momento de fomentar o debate sobre a cidade que queremos, a Santa Maria dos esquecidos, uma Santa Maria sem catracas.

Onde estão as catracas?

Na verdade em todos os lugares. Indo direto ao ponto, devemos admitir que os trabalhadores não têm acesso à cidade de Santa Maria. Educação e saúde, para citar apenas alguns exemplos, quando gratuitos são extremamente precários. Em contrapartida, a privatização é apresentada como a resposta para os problemas desses setores, em um movimento que leva os trabalhadores a acreditar que apenas o dinheiro pode garantir aquilo que lhes é de direito. Na verdade, como pano de fundo desse processo está o sucateamento proposital dos serviços públicos para que esses possam ser entregues aos empresários, que enriquecem explorando aquilo que, na verdade, é obrigação da administração municipal. Em outro exemplo podemos citar a cultura, tratada

como privilégio justamente na Santa Maria que se reivindica a “Cidade Cultura”. Os eventos culturais, além de serem realizados em sua absoluta maioria no centro da cidade, ainda vêm prontos, sem participação da construção popular, desconsiderando os verdadeiros anseios do trabalhador, aquela cultura que ele quer e precisa. A cultura, por sinal, não foge à lógica dos outros setores, precarizados intencionalmente facilitando a abertura da gestão aos empresários, que constroem suas fortunas sobre direitos furtados.

Para nós do PSOL, a cultura e arte não se dão apenas em um viés de produção e consumo, mas também na relação entre as pessoas que moram em uma mesma cidade. Para nós a cultura é um patrimônio histórico do povo, e é dever da administração pública fomentar a cultura e a produção artística em seus sentidos originais, em um processo de criação livre de lógicas mercadológicas, fruto do povo e voltada ao povo, com acesso amplo e construção democrática. Além disso, a administração deve investir em espaços públicos como praças e parques, criando ambientes que fomentem o exercício da sociabilidade, das relações entre os seres e, principalmente, dos seres como agentes ativos na produção de suas próprias manifestações culturais, voltadas ao exercício criativo e não como repasse de uma fórmula pronta, enfiada conforme se quer e se é conveniente. Os espaços públicos, por sinal, devem estar livres das imposições da “ordem”, que criminalizam as manifestações culturais críticas e libertárias. Além disso, devemos garantir esses espaços com a igualdade de acesso e respeito entre homens, mulheres, homossexuais, transexuais, negros, negras, indígenas, entre tantos outros que são duramente oprimidos apenas por ocupar esses espaços.

Além da cultura e da arte, e ainda seguindo a mesma lógica (que permeia, na verdade, todo o sistema injusto da cidade), temos o esporte e o lazer, construídos também em modelos prontos ou, na maioria dos casos, frutos de parcerias público-privadas. Nesses casos, mais uma vez percebemos o choque entre os interesses dos empresários e os do povo, um deles buscando o lazer que lhe é de direito e o outro explorando isso, impedindo o acesso daqueles que não podem ou se negam a pagar. Um bom exemplo disso é o Festival de Balonismo, realizado anualmente em nossa cidade. Durante o evento, dezenas de balões podem ser vistos colorindo o céu da cidade, o que ainda pode ser feito já que olhar para o céu ainda é de graça. Em contrapartida o balonismo é um esporte caro, que não pode ser praticado pelos pobres. Até para realizar um simples passeio nos balões que participam do Festival é cobrado um valor incompatível com a realidade dos trabalhadores. Outro exemplo desse modo de funcionamento é o Centro Municipal Desportivo, o “Farrezão”. Recentemente o Farrezão vendeu seu campo de futebol para a CACISM, setor privado que também administrará o Centro de Eventos construído no lugar por

aproximadamente 80 anos. Em outras palavras, Santa Maria até oferecer opções de locais e atividades culturais e artísticas, de lazer, mas para quem puder pagar.

Sem saúde e educação não há qualidade de vida!

Embora saibamos que cultura, esporte e lazer não se tratam de questões secundárias na vida em sociedade, não podemos negar que se apresenta ainda mais preocupante a existência de catracas em direitos básicos, aqueles que são diretamente ligados à própria sobrevivência dos trabalhadores. Nesse caso, ter direito a uma casa, acesso à saúde e à educação, são alguns dos exemplos.

A saúde tem suas catracas características, aquelas que separam a grande maioria da população atendida pelo SUS daqueles que podem pagar um plano de saúde privado. Essas catracas são cruéis, e por vezes determinam quem sobrevive ou não. Segundo dados de 2007 do IBGE, a cidade tem 71% dos estabelecimentos de saúde nas mãos do setor privado. A lógica de transformar a saúde em mercadoria é a lógica das catracas, ou seja, precarizar o setor público e o vender para aqueles que podem pagar, restando ao pobre uma saúde pobre.

Já a lógica posta hoje na saúde pública de Santa Maria, mantida por todas as últimas gestões, é de construção de prédios públicos e de leitos sem contratação e devida valorização dos trabalhadores da saúde. Ou seja, levantam-se elefantes brancos e não há quem atenda a demanda de maneira qualitativa, o que facilita a “alternativa” de terceirizar a mão de obra da saúde. Destruir as catracas da saúde significa ir contra a lógica de privatização e precarização da saúde pública. Significa valorizar os trabalhadores de saúde, e abrir concursos públicos.

Na educação é perceptível a mesma lógica excludente. Apesar de ter em seu território uma grande universidade federal, a população de Santa Maria não tem acesso a uma educação superior de qualidade, e nem mesmo a uma educação básica qualificada. Enquanto o governo federal prefere que os estudantes pobres estudem em universidades privadas de baixa qualidade do que na UFSM, o governo estadual ataca o ensino médio com uma proposta de tecnização curricular que coloca uma enorme barreira aos estudantes de escola pública que querem fazer cursos de graduação.

Na educação municipal a lógica se mantém, e de maneira ainda mais visível. Schirmer terceirizou escolas municipais, precarizou as que ainda continuam públicas, e segue se negando a pagar o piso salarial para os trabalhadores da educação previsto em lei. É hora de transformarmos a ordem colocada! A classe

trabalhadora nunca terá uma educação de qualidade enquanto as catracas da precarização e privatização da educação não forem derrubadas.

Achamos necessário que a classe trabalhadora de Santa Maria (estudantes, trabalhadores, desempregados) decida sobre as demandas destes e de outros setores. Nas escolas achamos importante que estudantes também participem da construção da educação, e por isso propomos conselhos paritários entre funcionário, professores, estudantes e pais - bem como eleições para diretor com voto universal de toda a comunidade escolar. Também é importantíssimo que a comunidade de Santa Maria reavalie a estrutura do Conselho Municipal de Saúde e o fortaleça, fazendo com que a prefeitura acate as decisões tomadas nesses fóruns, pois apenas aqueles que utilizam e trabalham o setor público sabem das demandas dos mesmos.

Transporte público tem que ser público!

Nos transportes é onde vemos as catracas de uma forma mais concreta, pois em todos os ônibus há este instrumento de privação e exclusão. Além disso, a estranha ligação entre as empresas de ônibus e os prefeitos de Santa Maria impede uma maior discussão sobre os problemas de mobilidade urbana da cidade. Defendemos o fim das concessões do transporte público e a criação de uma empresa pública de transportes, com imediata implementação de gratuidade para estudantes e desempregados. Também, a partir de um estudo de viabilidade, defendemos a implementação da Tarifa Zero no transporte público, que seria pago a partir de taxa progressiva em impostos municipais, invertendo a lógica de "paga quem usa" para que os ricos sustentem o transporte.

Com um transporte público de qualidade, gratuito e pensado para a classe trabalhadora, podemos, finalmente destruir as catracas que nos impedem de ter direito à nossa cidade. Sem as catracas do transporte, todos ficamos mais próximos do acesso à saúde, à educação, ao lazer. Ficamos, enfim, mais próximos da cidadania plena e da transformação social.

Propostas do PSOL para uma cidade sem catracas:

- Municipalização do transporte público, com imediata gratuidade para estudantes e desempregados, mantendo-se a gratuidade para idosos e deficientes.
- Democratização do Conselho Municipal de Transportes. Que ele ouça as vozes da classe trabalhadora e não dos empresários. Contra a máfia do transporte público!

- Pensar, a médio prazo, na gratuidade total do transporte público, que se dará por meio de taxaço progressiva de impostos.
- Defendemos a criação de fóruns descentralizados, organizados pelo governo municipal, para conhecimento das demandas das comunidades e movimentos sociais. Assim, com a realização de uma grande Conferência Municipal, a cidade terá o conhecimento de todas as demandas e definirá as prioridades do poder público.
- Defendemos a responsabilidade social e somos contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. A prefeitura deve investir nas áreas necessárias, e não na especulação financeira!
- Defendemos a criação de empregos de qualidade na cidade. Somos contrários a guerra fiscal e tributária para trazer empresas e indústrias para Santa Maria. Empregos sim, mas não a qualquer custo, nem com precarização das condições de trabalho.
- A prefeitura tem que estar aberta aos movimentos sociais.
- Queremos que os espaços públicos sejam realmente públicos! Somos contra a privatização do Itaimbé e do Centro Desportivo Municipal. Defendemos criação de novos parques e praças, e a revitalização dos existentes.
- Contra a criminalização e repressão aos movimentos sociais. Os trabalhadores de Santa Maria devem ser ouvidos e respeitados pela prefeitura.
- Incentivar cooperativas, e não empresas privadas, a trabalhar para a prefeitura, como na construção de casas populares e na produção ingredientes da merenda escolar.
- Defendemos um Plano Diretor socialmente referenciado, construído com ampla e democrática participação dos movimentos sociais.
- Realizar plebiscitos para decidir democraticamente sobre os temas mais polêmicos da cidade. Que o povo decida, e não só alguns governantes!
- Hoje apenas 50% dos bairros possui sistema de água e esgoto encanado. Suprir esta deficiência significa melhorar a qualidade de vida da sociedade bem como a recuperação gradativa dos rios e córregos que cruzam a cidade.
- Queremos sistema de água e esgoto encanado para toda a cidade, bem como a recuperação gradativa de rios e córregos. Suprir essa deficiência significa melhorar a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores.

- Democratizar o acesso dos trabalhadores da cidade à cultura, bem como valorizar e incentivar a produção cultural popular.
- Defendemos o aumento salarial dos trabalhadores da educação, o cumprimento do piso em sua plenitude, e melhorias das condições físicas das escolas.
- Somos contra a Reforma do Ensino Médio do governo Tarso, e o Plano Nacional de Educação do governo Dilma. Queremos investimento de dinheiro público em educação pública de qualidade!
- Pressionar o governo federal a investir 10% do PIB para educação pública, já.
- Defendemos um plano de carreira que contemple as demandas dos trabalhadores da educação. Sem trabalhadores valorizados, não há educação de qualidade.
- Conselhos paritários com todas as categorias! Defendemos que os conselhos escolares incluam professores, diretores, funcionários, alunos e pais.
- Defendemos concurso público imediato para suprir as carências das escolas! O problema da educação não é só a falta de prédios, é de falta de professores, de funcionários e da valorização destes.
- Valorizar os trabalhadores da saúde! Os trabalhadores da saúde devem ser valorizados pela prefeitura recebendo um salário digno e em dia, tendo condições dignas de trabalho e melhor estrutura.
- Os trabalhadores da saúde precisam ter mais liberdade de se organizarem e, junto com os usuários, pensar a saúde de forma que as demandas da população possam ser atendidas plenamente.
- Defendemos a contratação, por concurso publico, de mais trabalhadores da saúde! O problema da saúde não é só a falta de estrutura, mas também de pessoal.
- Somos contra todas as formas de privatização da saúde. Defendemos um SUS 100% público!
- Incentivar projetos de Planejamento Familiar, dando suporte de profissionais da saúde para que as famílias possam planejar quando, e se, querem ter filhos.
- A prefeitura de Santa Maria deve defender o direito das mulheres de decidirem se querem ou não ser mães, a prefeitura precisa se posicionar à favor da descriminalização do aborto!